

PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA 2ª REUNIÃO TRIMESTRAL – Março'20

Enquadramento

No âmbito do **Plano de Ação Nacional de Administração Aberta**, a AT, no cumprimento no definido no quadro do compromisso #3 - Divulgação de Informação Fiscal e Aduaneira, da sua responsabilidade, cumpriu com o estabelecido na 3ª actividade *Realizar reuniões de trabalho trimestrais no âmbito da RNAA (e outros stakeholders identificados com relevantes) para avaliar temas/áreas relevantes para os cidadãos no âmbito da Informação Fiscal e aduaneira.*

Foram convidados:

- ▶ Todos os membros da RNAA, para além da Autoridade Tributária, que organiza:
 - Agência para a Modernização Administrativa
 - Área de Governo da Presidência e da Modernização Administrativa
 - Provedor de Justiça
 - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
 - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
 - Associação Nacional de Jovens Empresários
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Plataforma de Associações da Sociedade Civil
 - Transparência e Integridade.
- ▶ O Subdiretor-Geral da Área da Relação com o Contribuinte da AT - Nuno Santos Félix
- ▶ A Directora de Serviços de Comunicação, Promoção e Apoio ao Cumprimento da AT – Maria José Lopes.
- ▶ A Chefe da Divisão de Gestão Comunicação e Promoção do Cumprimento Voluntário, da Direcção de Serviços de Comunicação, Promoção e Apoio ao Cumprimento da AT – Ana Paula Oliveira

Presenças:

Nome	Organização	Convocatória Outlook	Resposta Outlook	Estado
Helder Borges Lage	AT	Organizador	Aceite	Presente
Nuno Santos Felix	AT	Convite	Aceite	Presente
Maria José Lopes	AT	Convite	Aceite	Presente
Ana Luz Oliveira	AT	Convite	Aceite	Presente
Bruno Monteiro	AMA-LabX	Participante	Não	Ausente
Daniel Santos	AMA-LabX	Participante	Aceite	Presente
Vitor Hugo Faria	Presidência e da Modernização Administrativa	Participante	Não	Ausente
Jorge Costa	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	Participante	Recusada	
Vice Reitor	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	Participante	Recusada	
Rui Ribeiro	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	Participante	Não	Ausente
Ricardo Carvalho	Provedor Justiça	Participante	Não	Ausente
Karina Carvalho	Transparência e Integridade	Participante	Recusada	
Luis Vidigal	PASC - Plataforma de Associações da Sociedade Civil	Participante	Aceite	Presente
Hugo Vieira	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	Participante	Aceite	Ausente
Isabel Correia	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	Participante	Não	Ausente
Paulo Baptista Santos	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Participante	e-mail	Em Bruxelas
Helena Vicente	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Participante	Não	Ausente

Temas, Análise e Propostas

Iniciada às 15:10, o organizador começou por agradecer as presenças e justificar a não realização das reuniões previstas para o 2º, 3º e 4º Trimestre 2019, como consta do Relatório Intercalar, que será disponibilizado aos elementos da Rede, com a Acta da última reunião, na AMA. Foram apresentados os convidados da AT.

A metodologia seguida foi em tudo idêntica à da primeira reunião, ou seja, um breve enquadramento da razão da realização destas reuniões, que assentam na intenção de identificar questões relacionadas com o compromisso, ou seja, **Divulgação de Informação Fiscal e Aduaneira** sendo que, para cada uma, recolheríamos propostas de resolução. Foi lembrado o alertado relativo ao tratamento das propostas [a serem apresentadas sem qualquer tipo de espartilho], não terem um carácter vinculativo, sendo no entanto bem-vindas e tidas em consideração, independentemente de poderem ou não consubstanciar propostas, da AT, para o II Plano de Acção Nacional de Administração Aberta. Salientou-se, também, que o objetivo destas reuniões é avaliar e definir, em parceria com diferentes *stakeholders*, temas de relevo para os cidadãos em geral no âmbito da informação fiscal e aduaneira, com vista a obter contributos concretos para possíveis desenvolvimentos que facilitem, simplifiquem e promovam o acesso das partes interessadas a informação fiscal e aduaneira que lhes seja relevante e sejam, posteriormente, integrados no II Plano de Acção Nacional, considerando a ressalva anteriormente feita.

Por proposta da AMA, foram lembradas as propostas apresentadas na primeira reunião, sendo que do debate resultaram 4 [quatro] novas, a saber:

Tema	Questões	Análise	Propostas
Notificações e alertas eletrónicos [identificado na 1ª reunião]	As referências legislativas não têm as hiperligações para o(s) sitios internet com os descritivos.	É uma questão técnica que será analisada, no sentido de se identificarem soluções que permitam operacionalizar.	Assegurar que todas as referências legislativas têm uma hiperligação para o conteúdo, sempre que possível, acompanhado de explicação simplificada.
Chatbot fiscal e aduaneiro	Disponibilizar um <i>chatbot</i> que responda, em tempo real, às questões colocadas pelos cidadãos, estejam ou não autenticados no portal das finanças.	Está a ser desenvolvido um piloto, com a área do património com o Imposto Único de Circulação [IUC]. Terá uma vertente dupla [interna e externa], entrará em breve em testes. Dos resultados sairá a decisão quanto à sua disponibilização nas duas vertentes.	As respostas devem ser em linguagem natural, indicando, sempre que se aplique, qual o serviço [no portal ou outro dos canais de comunicação da AT] e as instruções ou explicações, em linguagem simplificada e perceptível pelos contribuintes e demais utilizadores, como os profissionais e os agentes económicos. Externamente, para os utilizadores do portal, irá interpretar o que estes questionam e sugerir respostas predeterminadas, acumulando também conhecimento (usando <i>machine learning</i>) sobre questões para as quais não identifica resposta. Internamente, para os funcionários da AT, servirá de guia/auxílio durante o atendimento.

Tema	Questões	Análise	Propostas
Beta Testers	Identificar grupos de <i>beta testers</i> , – sociedade civil, profissionais e agentes económicos – capazes de testar os novos serviços e/ou conteúdos informativos.	Ainda não existem para o exterior, sendo que internamente poderá ser considerado o alargamento a utilizadores chave, identificando bateria de testes e operacionalizando a recepção e tratamento das questões e sugestões que sejam apresentadas.	Criar e manter <i>pools</i> de utilizadores, por área e utilizador-alvo, disponíveis para colaborar com a AT, produzindo um regulamento que suporte este tipo de colaboração, nomeadamente quanto à protecção de dados.
Only Once	A adopção deste princípio tem um impacto importante na redução dos custos de contexto, tanto para cidadãos, instituições e empresas como para a Administração.	Sendo princípio Only Once um conceito de governo eletrónico que visa garantir que cidadãos, instituições e empresas tenham apenas que fornecer certas informações padrão, às autoridades e administrações, uma única vez. Ao incorporar regulamentos de protecção de dados e o consentimento explícito dos destinatários destes serviços, a administração pública pode reutilizar e trocar os dados entre si. Este princípio faz parte dos planos da União Europeia (UE) de desenvolver ainda mais o mercado único digital, reduzindo a carga administrativa para os cidadãos e as empresas. Neste quadro a AT está disponível para avaliar e analisar as possibilidades e, neste quadro, cooperar com os outros organismos, no sentido da sua implementação.	Iniciar-se com: <ul style="list-style-type: none"> • IES, • Anexo SS da Declaração Modelo 3 do IRS [Trabalhadores Independentes] • Declaração Mensal de Remunerações (DMR) que tem que ser apresentada à AT e SS.

Nota final

Ainda que sem quórum, foi decidido considerar a reunião como realizada, aceitando o facto dos convidados terem razões que impediram a sua comparência e participação.